

100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922 e a condição dos espaços culturais de Campo Grande - MS: “Arte para Quem?”

João Paulo Abdo¹

Giselle Marques de Araújo²

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira³

100 years of the Modern Art Week of 1922 and the condition of cultural spaces in Campo Grande-MS: “Arte para Quem?”

100 años de la Semana de Arte Moderno de 1922 y la condición de los espacios culturales en Campo Grande-MS: “¿Arte para Quem?”

Resumo

O artigo buscou refletir sobre a condição dos espaços públicos de cultura da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que foram reivindicados pela mobilização autônoma “Arte para Quem?”, em 2022. Também buscou-se contrastar esse acontecimento com a realização do Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, pelo SESC Cultura – instituição cultural de direito privado da cidade. Como metodologia, foram utilizados: revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas dirigidas aos integrantes do “Arte para Quem?” e consultas em matérias jornalísticas. Desse modo, pôde-se identificar diferenças e semelhanças sobre ambas ocasiões, o que permitiu ampliar a discussão em torno da conservação ambiental dos espaços públicos culturais, bem como discorrer sobre a ideia de acesso à cultura enquanto direito fundamental das pessoas.

Palavras-chave: Arte; Cultura; Espaços públicos; Democratização; Campo Grande.

1 Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional na Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. E-mail: joaopabdo@gmail.com
2 Doutorado em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Professora-pesquisadora da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. E-mail: giselle_marques@hotmail.com
3 Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos. Professor-pesquisador da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. E-mail: akmorbeckoliveira@gmail.com

Abstract

The article sought to reflect on the condition of public spaces of culture in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, which were claimed by the autonomous mobilization “Arte para Quem?”, in 2022. It also sought to contrast this event with the realization of the Centenary of the Modern Art Week of 1922, by SESC Cultura. As a methodology, literature review, semi-structured interviews directed to the members of “Arte para Quem?” and consultations with journalistic articles. In this way, it was possible to identify differences and similarities on both occasions, which allowed expanding the discussion concerning the environmental conservation of public cultural spaces, as well as discussing the idea of access to culture as a fundamental right.

Keywords: *Art; Culture; Public spaces; Democratization; Campo Grande.*

Resumen

El artículo buscó reflexionar sobre la condición de los espacios públicos de cultura en la ciudad de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que fueron reivindicados por la movilización autónoma “Arte para Quem?”, en 2022. También buscó contrastar ese evento con el realización del Centenario de la Semana de Arte Moderno de 1922, por SESC Cultura. Como metodología, revisión de literatura, entrevistas semiestructuradas dirigidas a los integrantes de “Arte para Quem?” y consultas con artículos periodísticos. De esta forma, fue posible identificar diferencias y similitudes en ambas ocasiones, lo que permitió ampliar la discusión en torno a la conservación ambiental de los espacios culturales públicos, así como discutir la idea del acceso a la cultura como un derecho fundamental.

Palabras clave: *Arte; Cultura; Espacios públicos; Democratización; Campo Grande.*

Introdução

A Semana de Arte Moderna de São Paulo, que aconteceu entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal da cidade, foi um evento marcante que pretendeu acionar o rompimento do sistema tradicional da cultura brasileira, em termos estéticos, lançando um novo movimento artístico, denominado “modernismo” (NASCIMENTO, 2015). Em outras palavras, conforme o celebrado escritor modernista – peça importante da ocasião – Mário de Andrade (1974, p. 235): “O modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra o que era a inteligência nacional”. No evento foram realizadas mostras de pintura e espetáculos variados, além de conferências, leituras de poemas, danças, recitais e concertos musicais (NASCIMENTO, 2015).

Em 2022, no aniversário de 100 anos deste acontecimento histórico, inúmeras festividades em comemoração à Semana foram realizadas pelas cidades. No entanto, há o que se comemorar sobre arte no Brasil atual, no que tange a garantia das manifestações artísticas livres, do asseguramento do direito constitucional à cultura e da estabilidade de suas políticas públicas de fomento e conservação de espaços?

Na esteira das comemorações, o Serviço Social do Comércio (SESC) de Campo Grande, em sua unidade voltada para o âmbito cultural – SESC Cultura – realizou de 11 a 18 de fevereiro de 2022 uma temporada de eventos artísticos. O evento contextualizou sua programação relacionando-a ao que foi apresentado em 1922, para crianças e adultos, de forma gratuita. Houve apresentação de música clássica, declamações poéticas e exposições fotográficas, entre outras expressões de arte – revisitando os artistas da Semana –, além de atividades artístico-pedagógicas direcionadas ao público infantil (TORRES, 2022).

Uma mobilização autônoma denominada “Arte para Quem?” conduzida por um grupo de artistas independentes, em sincronia com as festividades do

SESC, percorreu a cidade por pontos específicos. No caso, locais onde situam-se espaços de cultura relevantes para o usufruto da população. A mobilização também esteve presente em casas independentes de arte-cultura, que cedendo seus espaços endossaram a manifestação. O “Arte para Quem?” foi um pouco mais extenso que as atividades do SESC Cultura, ocorrendo de 13 a 22 de fevereiro do mesmo ano (Figura 1).

Figura 1 - Programação itinerária do “Arte para Quem?”



Fonte: Arte para Quem? (2022).

O objetivo da mobilização foi denunciar o descaso com os espaços públicos de cultura de Campo Grande que estão desativados, abandonados ou em obras intermináveis. Ou seja, segundo os artistas, tais espaços estão em condições ambientais fora dos parâmetros minimamente ideais para o funcionamento e o consequente desenvolvimento de atividades socioculturais. Nesse sentido, liderados por Victor Macaulin, artista visual e principal organizador da mobilização, levou-se música, artes plásticas e outras linguagens para as ruas. Além de servir também como fomento à discussão acerca da ocupação por direito pelas pessoas aos espaços culturais ambientalmente defasados para recebê-las, segundo a motivação da mobilização artística (PIERRY, 2022).

Para Chauí (1995), uma das mais relevantes teóricas brasileiras da atualidade, o direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio do serviço público cultural, que utiliza dos espaços de cultura, reforça o direito à informação, sem a qual não existe vida em democracia. Ademais, a importância estende-se à criação de temporalidades diferenciadas – relações entre o passado, presente e futuro da humanidade –, que na teoria do sociólogo alemão Norbert Elias (1998) convergem entre perspectivas complementares sobre o tempo natural, cultural e individual. Onde o que define a ideia de temporalidade, e conduz o ritmo da vida humana, é o tempo cultural. Nesse sentido, retomando Chauí (1995), tais temporalidades são possibilidades nas quais o indivíduo e a sociedade possam se reconhecer como sujeitos da própria história, viabilizando o processo da autonomia social. O acesso à cultura, portanto, traduz-se em direito fundamental, inerente à cidadania.

Desse modo, faz-se fundamental que os espaços mantidos pelas governanças de cada local estejam, antes de tudo, em condições ambientais de funcionamento, para que as atividades oferecidas à população possam ser viáveis e contribuir também para o desenvolvimento sustentável das regiões.

Pensando nisso, objetivou-se de forma geral, refletir sobre a condição dos espaços culturais públicos de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que foram reivindicados por meio da mobilização independente “Arte para Quem?” no ano de 2022. Em consequência, de forma específica, buscou-se contrastar o evento com a realização do Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada pelo SESC Cultura na mesma janela temporal, considerando a expressividade da Semana de 1922 para a arte-cultura. Assim, foi possível abordar aspectos constitutivos do fazer artístico-cultural e algumas de suas características, na capital sul-mato-grossense.

Sobre Campo Grande, em termos de manifestações culturais, não há redutos específicos para o exercício da cultura na cidade como em outras capitais, São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo. Isso pode denotar pouco interesse

do poder público em atuar como um facilitador cultural local. Assim, inúmeros espaços independentes nos últimos anos não prosperaram pela falta de zoneamento urbano precisamente estabelecido para a existência legal deles. Nesse sentido, esses locais surgiam em meio a áreas residenciais, provocando incômodos aos moradores, consequentes penalizações por parte de agentes públicos municipais e acabavam fechando suas portas rapidamente (ABDO; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2021). Um aparente “projeto” de cerceamento cultural.

A forma como a administração lida com as casas independente do aspecto cultural, somado com a precariedade dos espaços públicos culturais, implica negativamente no desenvolvimento de Campo Grande como um todo. Portanto, espera-se com o presente trabalho levantar informações que possibilitem enriquecer e ampliar o debate sobre essas questões, demonstrando a relevância da vida cultural local para a cidade e para a seus habitantes.

Procedimentos Metodológicos

Na primeira fase da pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada a técnica de revisão de literatura acerca de temas pertinentes ao estudo. Este procedimento serviu como base fundamental para a montagem do roteiro das entrevistas semiestruturadas, que foram direcionadas a artistas mobilizadores da ação “Arte para Quem?”, na segunda fase. O pesquisador entrou em contato com o principal idealizador do movimento a fim de solicitar o agendamento das entrevistas. O entrevistado principal indicou outros 4 nomes fundamentais para o evento, onde 2 destes concordaram voluntariamente em participar do estudo. Assim, apesar de o principal organizador ter seu nome revelado por meio de fontes públicas utilizadas para introduzir o objeto de pesquisa, os entrevistados foram renomeados como “Agentes Culturais 1, 2 e 3”, para que suas identidades sejam protegidas e não haja possíveis retaliações por conta dos pontos de vista desses sujeitos.

Desse modo, foram obtidas informações acerca das motivações que levaram à materialização do evento na cidade, dentre outras que foram ao encontro dos objetivos propostos. As entrevistas aconteceram no mês de março de 2023, por meio da ferramenta de áudios do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, uma alternativa interessante, pois, embora as entrevistas tenham sido realizadas à distância, foi possível captar a fala dos entrevistados. Portanto, pôde-se realizar uma análise minuciosa do material, considerando os elementos contidos na fala, como as pausas e silêncios, os quais são detalhes relevantes para a metodologia utilizada.

Em seguida, as entrevistas foram analisadas por meio da metodologia denominada “Análise de Conteúdo” (BARDIN, 2009), que consiste em três etapas-chave: pré-análise, seguida de exploração do material e tratamento de resultados. Nessa fase se deu o encontro entre o material das entrevistas e o referencial teórico. Estes possibilitaram também respaldo necessário para tecer o contraste entre os acontecimentos selecionados. Assim, obteve-se justificativas plausíveis para trazer à tona diferenças e similaridades entre eles.

Por se considerar o envolvimento de seres humanos na pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a fim de receber a devida autorização para sua realização dentro dos parâmetros éticos indicados pelo Comitê, tendo sido aprovado em março de 2023.

A Semana de Arte Moderna de 1922 e a institucionalização da cultura no Brasil

O Modernismo brasileiro começou a se manifestar a partir de 1912 e teve seu marco fundamental durante a Semana de 22, tendo sido um movimento artístico abrangente e complexo. De caráter subversivo e transgressor, foi responsável por uma quebra de paradigmas culturais e acabou por desengessar um tipo de arte purista, conservadora e, sobretudo, desoladora que habitava o

Brasil. Então, o Modernismo passou a se apropriar de elementos contemporâneos da época, que também ressaltavam uma cultura visual/poética/musical típica brasileira (NASCIMENTO, 2015).

Participaram da Semana de Arte Moderna nomes fundamentais da arte brasileira, tais como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Menotti Del Picchia e Anita Malfatti. Anita, ainda conforme Nascimento (2015), causou repúdio à crítica avessa a novos lugares criativos, durante sua *Exposição de Pintura Moderna*, em 1917 (Figura 2), pois desviava dos lugares comuns impostos pela sociedade da arte brasileira. Contudo, a artista atraiu olhares de intelectuais como Oswald e Menotti, que consideravam a importância do novo como sentido de expressão. Menotti foi um dos poucos sujeitos com propriedade em arte a se posicionar publicamente a favor de Anita Malfatti, escrevendo um artigo em sua defesa.

Figura 2 - Tropical, de Anita Malfatti, 1917.



Fonte: Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Produtos culturais advieram seguidamente como desdobramentos pontuais da Semana de 22. Neste sentido, pode-se citar duas obras de Oswald de Andrade. A primeira delas, o *Manifesto da Poesia do Pau-Brasil*, lançado em 1924, faz referência clara à espécie nativa que deu nome ao país, como uma forma de retomar os primórdios da invasão portuguesa em terras sul-ameríndias. E, mais tarde, em 1928, o *Manifesto Antropófago*, no qual buscou visualizar a

cultura brasileira como um produto valioso de si mesma. Tal qual menciona o autor: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.” (ANDRADE, 1995, p. 47).

Nesse sentido, é possível pensar na contribuição à arte-cultura por meio da *Semana de Arte Moderna*, como um ponto primordial à valorização estética daquilo que representa o Brasil e pode ser projetado por meio das artes. Desse modo, noções de pertencimento são criadas e passadas por gerações, influenciando movimentos culturais antropofágicos que viriam a surgir nas próximas décadas – como a *Marcha contra a Guitarra Elétrica*, em 1967, que foi na contramão da americanização da música brasileira com o *slogan* “defender o que é nosso”. E, mais tarde, nos anos 1980, a cultura se tornaria assunto político nacional por meio de sua institucionalização.

Há pouco tempo, a cultura se tornou pauta mais abrangente nas agendas de política do Brasil. Um fator que pode explicar essa amplitude de algumas décadas é a tardia criação de um ministério para a pasta cultural. Somente em 1985 fora criado o Ministério da Cultura (CORA, 2014), em meio ao processo de retomada da democracia no Brasil, que propiciou um clima favorável à valorização da cultura como merecedora da elaboração de políticas públicas para contribuir com o desenvolvimento nacional. Contudo, vale lembrar que em anos recentes (2018-2022), durante o governo presidencial anterior ao vigente em 2023, o Ministério foi reduzido à Secretaria de Cultura, desmontando significativamente o alcance da pasta sobre as demandas socioculturais. Desse modo, entende-se que a depender da forma de pensar do governo que estiver a frente da direção do país, a cultura pode ou não elencar o rol de pautas mais relevantes das agendas políticas.

Esse desmonte representou um retrocesso, pois o investimento adequado à cultura não se resume à criação de produtos culturais com valor de mercado e de marketing para empresas. Ele vai além, em termos de importância, representando toda a manutenção de um processo vivo de elaboração de significados,

que, por sua vez, atribuem sentido as formas de viver, fazer e criar dos inúmeros grupos sociais que habitam o país (VECCHIATTI, 2004). E isso só pode ser alcançado com investimentos pujantes e coerentes com as necessidades de cada lugar, além de instituições fortes. Na ausência desses requisitos, a cultura se molda dentro de uma existência superficial enquanto política, sintetizando-se a meros produtos.

A instrumentalização pública da cultura, ou seja, pelas mãos do Estado, pode contribuir para a confecção e consequente desenvolvimento de políticas dentro de outros segmentos. Em outras palavras, sua abrangência pode tocar as dimensões ambiental, social e econômica (RUIZ, 2003). Conforme Abdo (2021), no Brasil, o processo de valorização cultural por meio das políticas de fomento ainda não foi exatamente quantificado, embora inúmeras cidades tenham implantado ações públicas de cultura.

De acordo com Abdo, Araújo e Oliveira (2023), em Campo Grande pôde-se constatar a implementação de políticas públicas culturais, tais como o Fundo Municipal de Investimentos Culturais (FMIC) e o Fundo de Investimentos Culturais (FIC), de abrangência estadual. Assim, é possível atribuir relevância a essas ações públicas no sentido de percebê-las como bases de contribuição ao desenvolvimento sustentável e tê-las como ferramentas de desenvolvimento humano por meio da informação, educação, bem-estar e reflexões que são proporcionadas pela fruição cultural.

Portanto, reorientando para o âmbito da crítica do objeto de estudo, as políticas locais não só fomentam o desenvolvimento de projetos culturais. Estas são também fundamentais para financiar a revitalização de espaços culturais, que necessitam de manutenções periódicas e cuidados constantes, para que se possa estabelecer o ponto primordial necessário para o pleno exercício de suas funções. Ou seja, um espaço cultural sem a mínima condição ambiental de funcionamento, estará fadado a não receber com qualidade atividades artísticas e público.

No cenário local, Campo Grande, as hipóteses para alguns patrimônios, tais como a Morada dos Baís e o Teatro Aracy Balabanian estarem desativados, rodeiam a morosidade da administração municipal, bem como a falta de ciência da população acerca da relevância destes lugares para o desenvolvimento da cidade. De acordo com Sachs (2005), no tocante às manifestações culturais, estas deveriam ser amplamente encorajadas, sobretudo pelo poder público, para que se atinja amplamente a sociedade. Não é o que se vê na cidade, pelo contrário. Extrapolando a questão dos espaços públicos e chegando na situação das casas independentes de cultura, é possível reforçar a hipótese e trazer outras percepções.

Exemplificando, no ano de 2018, em estudo realizado por Abdo, Araújo e Oliveira (2021), subitamente algumas casas de cultura, com ênfase em música, desapareceram por conta da fiscalização parcial da administração pública. Tal fiscalização, fundamentada pela incongruente e recém-modificada “Lei do Silêncio” (que diminuiu no período o limite de decibéis para emissões sonoras de 90 para 45) e por uma forte carga de subjetividade dos agentes, encurralou espaços considerados marginalizados pela perspectiva da administração pública.

O que se está querendo dizer é que há uma discricionariedade determinante sobre os empreendimentos que a mencionada administração decidirá fiscalizar. É levado em consideração o perfil dos frequentadores, classe social, gêneros artísticos, etc. Sendo que há maior pressão nos locais que se identificam como “alternativos” e não surgem em áreas nobres da cidade. Ou seja, aqueles atraem o público LGBTQIA+⁴; sujeitos da classe trabalhadora; artistas independentes; estudantes e outros grupos afins (ABDO; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2021). Com o fechamento desses espaços, pessoas perderam seus empregos e ficaram endividadas. Além disso, algumas dessas casas interdita-das situavam-se em pontos que contribuíam para movimentar áreas esque-

4 Sigla que faz referência a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, intersexuais e demais formas de orientação sexual e identidade de gênero.

cidas no centro da cidade, estimulando frequentemente a cena independente da arte campo-grandense.

O estudo serviu para reforçar a noção de que as definições dispostas na “Lei do Silêncio” não são suficientemente claras. E que para além de dificultarem o florescimento da diversidade cultural na cidade, podem até coibir a existência desta livre iniciativa. É possível dizer que essa realidade ainda persiste, quiçá de forma ainda mais restritiva.

Durante a pesquisa, que entrevistou alguns empreendedores culturais fiscalizados, nenhum deles havia sido preso, apesar de sofrerem sanções fiscais como multas seguidas. Passados 5 anos, em 2023, uma produtora cultural e proprietária de uma casa de cultura no centro de Campo Grande foi levada algemada pela polícia até a delegacia após a realização de um evento cultural direcionado ao público feminino e LGBTQIA+. A justificativa novamente se fundamentou nos limites sonoros excedidos sobre o que está fixado na “Lei do Silêncio”. De acordo com frequentadores entrevistados e um funcionário do estabelecimento, viaturas da polícia cercaram o local, debocharam dos presentes, além de colocarem-nos contra a parede – revistando inclusive mulheres sem a presença de uma policial (MORALES, 2023).

Compreende-se que há de se aplicar as leis legitimamente, onde a finalidade figura-se na manutenção do equilíbrio social, em tese. Contudo, o que explica o tratamento truculento por parte dos agentes públicos sobre quem busca trabalhar com arte-cultura na cidade? Qual a razão do ódio às manifestações culturais em redutos alternativos e seus frequentadores? Diante do exposto, Campo Grande mostra-se uma capital autoritária e carente de espaços culturais em geral, fazendo pairar um ar de intencionalidade sobre essa situação.

Infelizmente, as mobilizações populares reivindicando melhorias sobre essas questões que permeiam os espaços públicos e os espaços independentes de cultura locais são tímidas. Dificilmente chega-se a algum lugar realmente

concreto, demonstrando que apenas uma pequena parcela da população reconhece a necessidade da luta a favor da democratização cultural e de sua livre iniciativa, sendo normalmente os próprios atores da classe artística – pelo constatado – que podem sofrer fácil repressão dos agentes públicos.

Uma ou outra mobilização conseguiu ir mais adiante, como foi o caso da investida popular que solicitava 1% do total da arrecadação municipal para a cultura, a qual chegou à via política por meio da então vereadora campo-grandense Luiza Ribeiro. Teve apoio também de outros parlamentares e de artistas renomados, como Almir Sater, além da classe artística local, onde foi possível emendar a Lei Orgânica do Município n. 64/2013, referente ao Código Tributário, possibilitando a existência do repasse para ações afirmativas culturais. O movimento havia tido início 10 anos antes de concluir-se como emenda legal (PINHEIRO, 2013). Mas, mesmo assim, hoje a destinação do fundo já não existe, tratou-se de uma política de governo – aquela que não resiste à troca de mandatos eletivos de diferentes entendimentos ideológicos.

Resultados – parte I: “Arte para Quem?” e espaços culturais públicos reivindicados durante a mobilização independente

Democratizar a cultura significa distribuí-la para toda sociedade, sem distinção. Em outras palavras, de acordo com Madureira (1994), a democratização cultural deve atenuar as distâncias entre os criadores e os receptadores. É necessário expandir o universo dos produtores de cultura, valorizar os processos culturais por meio da educação, preservar o patrimônio cultural, evidenciando sua relevância para a sociedade, descentralizar decisões e recursos, dentre outras atitudes necessárias para tornar a cultura algo realmente inclusivo e desenvolvido, atribuindo vasta importância à diversidade de expressões culturais.

Entende-se que o ponto de partida para a discussão neste tópico deve passar pela ideia da democratização cultural. Este é um conceito que permeou a

análise, mas não necessariamente caracterizou os dois lados da moeda, onde uma face aprofundou-se sobre o movimento “Arte para Quem?” por meio da percepção de alguns de seus idealizadores e a outra tratou da comemoração do Centenário da Semana de Arte Moderna em Campo Grande, pelo SESC Cultura.

Indo ao encontro aos representantes do “Arte para Quem?”, acerca das motivações que levaram a realização do movimento itinerante, a arte como usufruto de sujeitos privilegiados surgiu como um dos pontos principais a serem debatidos pela iniciativa:

O “Arte para Quem?” veio como um movimento contracultural disposto a criticar o ideal de cultura. Por exemplo, a Semana de 1922, onde ocorreu simultaneamente ao nosso movimento a comemoração de seu centenário em Campo Grande, ela foi um evento elitista da arte, onde a arte até mesmo nos dias atuais se mostra um pouco dessa forma. Na ocasião, era gente branca fazendo arte no Brasil, filho de pessoas influentes na sociedade, gente com estrutura para fazer arte na vida. Esse tipo de manifestação não abrangia todos os grupos que de fato faziam arte no país. Então, a ideia do “Arte para Quem?” foi trazer um movimento de artistas sem estrutura. Galera preta, periférica, que tem outra trajetória artística. Sua função também foi colaborar para romper a máxima de quem só pode fazer arte é quem está na posição social que favorece a produção artística (AGENTE CULTURAL 2).

Conforme Rubim (2007), no Brasil, até o ano de 2002, três termos davam a forma da relação cultura x Estado, eram eles: ausência, autoritarismo e instabilidade. Ou seja, as marcas do fazer político-cultural até então. A partir da primeira gestão de Luís Inácio Lula da Silva, ocupando a cadeira presidencial, houve esforços substanciais para que o acesso à cultura fosse descentralizado, ou democratizado, para todas as camadas da população, sobretudo as mais carentes.

Contudo, a cultura no Brasil permanece ainda marcada por uma noção elitista, sendo voltada para um público restrito, em termos de acesso, que ocupa uma posição social privilegiada (RUBIM, 2007). E, apesar de o marco funda-

mental da Semana de Arte Moderna de 1922 ter sua relevância sobre o fazer artístico no Brasil, reorientando suas formas, este também se caracterizou como um movimento de elite.

Assim, o “Arte para Quem?” objetivou ocupar espaços culturais de Campo Grande como uma forma de dialogar com a população, mostrando também a situação desses locais. Conforme a percepção dos pesquisados, aproximar o cidadão comum do trabalho artístico-cultural independente realizado na cidade liga-se com a possibilidade de evidenciar a existência dos artistas locais. Uma das justificativas para a falta de manutenção dos espaços de cultura em Campo Grande pode ser a baixa interação entre o público e o artista. Se a própria população, em partes, desconhece a produção de arte na cidade, isso pode contribuir para que os espaços culturais se tornem ociosos.

Com relação ao critério para a escolha dos espaços culturais reivindicados pelo “Arte para Quem?”, o movimento itinerante ocupou locais sem a devida gestão pública e consequente pleno funcionamento. Logo, há uma lacuna a respeito da ideia de democratização cultural por meio dos espaços públicos de cultura, que, em tese, devem estar a serviço de toda população. Estes encontram-se em situação de abandono, inacabados e/ou má administrados. Também ocupou lugares com fluxo constante de pessoas, como a Rua 14 de Julho – principal reduto comercial da cidade, onde buscou-se reforçar, por meio da mobilização, o direito de ir e vir. Todos os locais, como também as ruas e as praças, são relevantes para a história da cidade e a conservação de sua memória por meio da cultura, sendo necessário mantê-los vivos por meio da ocupação de pessoas.

Conforme o Agente Cultural 3:

Muitos dos espaços onde aconteceram as ações, como o Calçadão da Rua Barão do Rio Branco, já foram designados para eventos artísticos no passado. Recentemente, durante o Campão Cultural (festival que acontece anualmente tendo como carro chefe atrações musicais), aconteceu sua ocupação, mas não

como acontecia há algum tempo. Por exemplo, a ocupação do prédio que em tese seria destinado ao Centro de Belas Artes, ela é muito significativa. Ele começou a ser construído para ser o Centro, aproveitando uma estrutura erguida de décadas atrás, e hoje nota-se que virou um canteiro de obras, é tudo menos um centro de arte. Então, os espaços que optamos por apresentar, são espaços que deveriam ter como função principal o desenvolvimento artístico-cultural, só que isso não tem acontecido. Foi uma forma de reivindicar espaços que por natureza deveriam ser nossos (artistas e população local) (AGENTE CULTURAL 3).

O referido Centro de Belas Artes (Figura 3) começou a ser edificado no ano de 1991, com a finalidade de abrigar a nova rodoviária e, passados três anos, a obra parou. Em 2006, o local foi repassado para a administração da Prefeitura Municipal, que decidiu retomar o desenvolvimento do espaço ressignificando sua utilização para o viés sociocultural. Contudo, entre idas e vindas de gestões municipais e constantes incongruências licitatórias, atraso de pagamentos e mudanças de empreiteiras, o prédio continua à margem de uma definição satisfatória para que possa servir, após sua conclusão, para o usufruto da sociedade campo-grandense (FEITOSA; MATTOS, 2022).

Figura 3 - Interior do Centro de Belas Artes durante a ocupação do “Arte para Quem?”



Fonte: acervo de Israel Cabral (2022).

Importante ressaltar que um espaço como o Centro de Belas Artes, considerando sua condição estacionária e sua ampla área, pode se tornar um proble-

ma social, haja vista que no local de sua estrutura podem ocorrer furtos, e na condição de espaço desocupado pode também tornar seu entorno uma região perigosa e propícia para a ação criminosa. Portanto, faz-se fundamental sua conclusão, para que o Centro possa cumprir com sua plena função, sendo esta inversa à possibilidade de fenômenos sociais negativos que o local atualmente tem potencial de facilitar a ocorrência.

A situação ambiental deste e de outros espaços de cultura evidenciados durante a ocorrência do “Arte para Quem?” denotam possíveis falhas na administração pública, no que diz respeito a destinação coerente de ações. O aparente descaso parece estar relacionado a ausência de uma concreta democratização cultural na cidade. Contudo, o problema pode advir desde as esferas superiores, considerando que este conceito associado à aplicação de políticas públicas culturais no país, também possui alguns pontos destoantes sobre as reais necessidades da população, conforme explica Lacerda (2010, p. 4):

O conceito de cultura utilizado nessas políticas restringe-se a cultura erudita, legitimada pelas elites produtoras de parâmetros estéticos, desconsiderando a diversidade cultural, obedecendo à lógica de hierarquia cultural. Outro problema na concepção de democratização da cultura refere-se à noção de público como homogêneo, sendo a fruição oferecida a uma só caracterização de pessoas. O paradigma da democratização cultural considera que somente a fruição, enquanto momento do sistema cultural, contribui para a formação do capital cultural do indivíduo, desprezando a relevância de processos de produção cultural para constituição desse capital. O modelo de política de democratização cultural apresenta equívocos de concepção, sejam aqueles oriundos de uma visão colonizadora, na qual os europeus tidos “cultos” têm a missão de “levar cultura” às classes populares desprovidos de cultura, como forma de civilizá-los, ou mesmo por uma escolha ingênua de estratégia, o subsídio dos ingressos, como forma de aproximar a população dos eventos e equipamentos culturais. Além disso, a problemática da acessibilidade aos bens culturais é tida pela democratização cultural como uma questão de cunho físico e financeiro, desprezando outras razões para esse distanciamento.

A partir deste recorte é possível compreender mais profundamente os impactos da má administração dos espaços reivindicados pelo “Arte para Quem?”,

onde estes estão fora de condições ambientais adequadas para possibilitarem acessibilidade aos bens de cultura. Ou seja, sem o seu pleno funcionamento, torna-se difícil democratizar a cidade em termos culturais. Além de, claro, outros empecilhos resistentes, como a ideia engessada da administração pública sobre o que significa de fato a democracia no âmbito da cultura, que também dificulta avanços urgentes.

Ademais, de acordo com o Agente Cultural 3, os amparos legais também precisam de uma gestão coerente, a começar pela destinação pontual dos recursos:

Existem leis de amparo, mas na prática é muito difícil. Precisamos lembrar constantemente o Poder Público da nossa cidade da legislação. Por exemplo, conseguimos uma Lei de 1% para a cultura, onde conquistou-se esse percentual destinado a cultura do total da arrecadação municipal. Infelizmente, isso só foi cumprido há mandatos atrás, depois nunca mais teve efeito. Essa foi uma luta travada pela classe teatral, até hoje a classe pressiona em cima reivindicando o direito, mas existe um abandono, sobretudo com relação aos espaços onde se poderia apresentar os trabalhos. Os espaços estão sem função social. Temos o Paço ao lado da prefeitura, pouquíssima gente sabe que lá tem um teatro, pois está fechado há mais de 30 anos. O Teatro Aracy Balabanian também está fechado há alguns anos. Então precisamos buscar formas, fazer “malabarismos”, para que possamos existir enquanto artistas.

O mencionado teatro que margeia o prédio da prefeitura municipal, chama-

Figura 4 – Teatro do Paço durante a ocupação do
“Arte para Quem?”



Fonte: Acervo de Israel Cabral (2022).

do Teatro do Paço José Octavio Guizzo, desativado há décadas segundo um dos pesquisadores, também foi um espaço cultural reivindicado pelo “Arte para Quem?” (Figura 4).

Nesta imagem é possível notar a performance de um artista, com uma caixa de papelão na cabeça, onde em sua lateral está escrito a palavra “BUROCRACIA” e “ARTE PARA QUEM?” (Figura 5), aparentemente caracterizando de forma crítica o modo como, para os captadores dos recursos culturais, se dão os processos que envolvem a destinação do capital público da cultura: envoltos de burocracia e mal distribuídos. Em uma das mãos, complementando o figurino, o artista está segurando um carimbo, enquanto na outra se mostra repleta de folhas de papel, que escorregam e caem pelo chão – reforçando a ideia do ato artístico.

Figura 5 – Performance artística em frente ao Teatro do Paço durante o “Arte para Quem?”



Fonte: Acervo de Israel Cabral (2022).

Reivindicações por meio de expressões artísticas como essa, assim como outras que ocorreram durante o “Arte para Quem?”, ilustram também politicamente as insatisfações da classe artística. O exemplo trazido por meio

das imagens fotográficas abarca um conceito científico, o da arte engajada. Conforme Sartre (1993), este engajamento delimita-se como um movimento do intelecto, tendo como direção pontual as causas propriamente humanas. Segundo o referido autor, considerando o segmento artístico da literatura como objeto de análise, o escritor engajado entende que a palavra representa ação – e que o sujeito ativo dentro da própria realidade não deve se omitir a muda-la ou ser imparcial em situações que se espera um posicionamento. Dessa forma, pode-se entender a arte engajada como aquela que possui comprometimento com a transformação da sociedade, que considera o quadro social por vezes problemático sobre uma série de motivos, que vão desde o abandono de direitos constitucionais até questões relativas ao meio ambiente. Nesse caminho, pode-se dizer que o “Arte para Quem?” acaba por englobar o prisma ambiental em suas manifestações, além da questão cultural propriamente dita, uma vez que se contestou o estado de conservação ambiental dos patrimônios culturais de Campo Grande durante a ocorrência do evento. As falas dos entrevistados levam à percepção de que o movimento busca o acesso aos espaços culturais enquanto direito fundamental.

Resultados - parte II: sobre o SESC Cultura e outras ponderações

Durante os tópicos antecedentes abordou-se consideravelmente mais sobre o “Arte Para Quem?” e nem tanto sobre o evento realizado pelo SESC Cultura. Para o melhor entendimento de como as duas situações puderam se cruzar, além da semelhança de datas, fez-se necessário uma maior contextualização acerca de como opera o SESC, do geral ao específico – passo primordial para amarrar os acontecimentos.

O site oficial do SESC descreve a instituição da seguinte forma:

O SESC foi criado em 1946 como compromisso de que empresários do setor colaborariam com o cenário social por meio de ações que beneficiassem empregados e seus familiares com melhores condições de vida e desenvolvimen-

to de suas comunidades de residência. Com o passar do tempo, esse trabalho foi estendido a toda a população, como forma de cooperar com a sociedade e contribuir para a igualdade social. Sua presença nacional possibilita que ele esteja sempre sintonizado com o público e atenda às suas demandas conforme as características de cada localidade. Além das unidades situadas nas principais cidades e em municípios do interior, o SESC amplia o alcance de sua atuação por meio de unidades móveis, que circulam pelo país com serviços de saúde, cultura e lazer (SESC-MS, 2023, p. 1).

De acordo com a descrição oficial, o SESC, em todas as cidades do país em que funciona, tem como intuito “cooperar com a sociedade e contribuir para a igualdade social”. O SESC Cultura (Figura 6), localizado na principal avenida de Campo Grande, a Afonso Pena (n. 2270), um ponto central da avenida, passou a funcionar utilizando parte do então Comando da 9ª Região Militar, que cedeu o Espaço Cultural Mello e Cáceres no ano de 2016, fechando uma parceria entre a diretoria regional do SESC-MS e o Comando Militar. A contrapartida para a utilização do espaço foi promover a revitalização do projeto arquitetônico, transformando-o no atual SESC Cultura (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).

Figura 6 – Fachada do Sesc Cultura.



Fonte: Site oficial do SESC (2023).

Desde então, o SESC Cultura, a partir de sua inauguração em 3 de maio de 2018, vem ocupando o espaço com uma série de atividades de cunho artístico-cultural: música, cinema e artes cênicas, entre outras, semanalmente. Além disso, o local ainda possui um café e biblioteca, para desfrute das pessoas que por ali transitam diariamente. Desse modo, configurou-se como um dos poucos espaços culturais em pleno funcionamento na cidade – tendo atividades regulares desde o seu surgimento, a salvo no período marcado pela pandemia de COVID-19⁵, onde atividades presenciais foram interrompidas para a biossegurança das pessoas.

Ainda antes da comemoração do Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 no local, o SESC Cultura havia ampliado suas atividades para outros espaços que possuem um perfil de frequentadores caracterizado por maior poder aquisitivo – os *shoppings* da cidade. Pode-se citar os *shoppings* Campo Grande, Norte Sul e Bosque dos Ipês, onde utilizou-se espaços nos estacionamentos e nas praças de alimentação desses pontos para a realização dos eventos. A escolha desses locais para a difusão da programação do SESC pode indicar que talvez a companhia teve a intenção de nivelar seu público a partir de um recorte socioeconômico.

Nesse sentido, esse proceder, por mais que oportunize a apresentação de artistas locais em mais palcos, termina na contramão do preceito da democratização da cultura e também da filosofia do próprio SESC, quando este diz que luta pela igualdade social. Ocorreram alguns eventos em outros endereços, como na Rua 14 de Julho e na Praça Ary Coelho – espaço público central em Campo Grande –, além de bairros periféricos, como o Jardim Noroeste e Portal da Lagoa, com o apoio da Secretaria de Cultura e Turismo municipal - SECTUR. Contudo, tais eventos aconteceram, mas seriam, por vezes, insuficientes para qualquer mudança no cenário da distribuição equitativa de processos/

5 A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a doença como pandemia em março de 2020. Foram registrados mais de 655 milhões de casos pelo mundo até 2023, ano em que a doença perdeu o status de pandemia.

produtos culturais da cidade, não tendo a mesma continuidade dos espaços privados, que até o presente momento, primeiro semestre de 2023, cedem seus pontos para parcerias artístico-culturais com o SESC Cultura, de acordo com as informações de agenda contidas na conta oficial do SESC Cultura, rede social *Instagram*, referentes às atividades da instituição (SESC, 2023).

E, como forma de exemplificar o que foi dito em relação à programação da organização, bem como os locais alternativos de parcerias, pode-se observar a programação de fevereiro/2023 (Figura 7), cujo histórico completo pode ser visualizado na página oficial no *Instagram* @sesculturams. Todavia, a sequência de imagens montada pode ajudar a ilustrar o que foi pontuado textualmente, já que todos os eventos realizados fora da sede aconteceram em espaços privados e elitizados, os *shoppings* – sendo estes predominantes na programação da rede.

Figura 7 – Programação do SESC Cultura.



Fonte: página oficial do *Instagram* (fev. 2023) - Adaptada pelo autor.

Conforme Vecchiatti (2004), a cultura, considerando também seu aspecto no âmbito da arte, representa uma valorização identitária significativa de um lugar e das pessoas que vivem nele. Ou seja, está ligada ao desenvolvimento e coesão da sociedade. Contudo, ela necessita ser, como mencionado, coerentemente financiada, estimulada e distribuída – em síntese: democratizada. Nesse sentido, o SESC Cultura poderia figurar como um importante aliado à democratização cultural, ampliando sua rede de eventos para regiões mais carentes de cultura, como as periferias. Válido lembrar que a instituição realizou eventos de natureza mais democrática em parcerias com a SECTUR, contudo, estes não tiveram a mesma continuidade e regularidade que os de caráter privado, que apesar de gratuitos, ocorrem em pontos onde há segregação, por via socioeconômica, de frequentadores.

Em termos de cultura, a frequência de atividades coerentes com o desenvolvimento humano nesta área é fundamental para mudanças positivas na vida das pessoas, não existindo relação direta de causa x efeito, e sim um processo penoso e complexo (CALABRE, 2007). Deste modo, as instituições poderiam assumir maior protagonismo – considerando por exemplo, que o SESC é uma organização de direito privado e não depende diretamente de orçamento público para operar. Ademais, essa aparenta ser uma forma de melhorar a imagem da rede e de, não menos importante, atribuir coerência a filosofia da instituição. Não é realizando atividades em *shoppings* que o SESC Cultura conseguirá contribuir para a igualdade social, mas talvez levando os eventos de forma pujante para várias regiões carentes da cidade, alternando os pontos dentro dessas localidades. Vale ressaltar que o SESC possui uma unidade cultural fixada em um bairro periférico de Campo Grande, o Parque Lageado, que foca no viés da educação por meio da arte para crianças e adolescentes gratuitamente. Essa existência sinaliza coerentemente sobre a ampliação de atividades em lugares que necessitam de maior contato com a arte-cultura, podendo refletir como um ponto de partida concreto nesse sentido.

Retomando as comemorações do “Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922” realizadas em Campo Grande e colocando na balança o que foi informado sobre o SESC Cultura, além de considerar a natureza social da Semana de 1922, é possível ter um ponto lógico sobre o desejo de fazer e a realização do Centenário pela instituição. Um dos pontos-chave para que a Semana de Arte Moderna pudesse acontecer foi o patrocínio de inúmeros membros da burguesia industrial⁶ paulistana. São Paulo começava a se modernizar economicamente com a implantação das primeiras indústrias. O café estava em alta gerando significativas receitas para a cidade, que a partir dali se tornava o principal eixo econômico brasileiro. Assim, São Paulo se tornou o palco dos eventos da Semana (BRANDINO, 2022). Pôde-se concluir, desse modo, que havia um desejo implícito para que a ocasião fosse um evento da burguesia para a burguesia. Obviamente que muita coisa mudou em 100 anos, contudo, a arte no Brasil ainda contém um certo apelo elitista, apesar de mais pessoas de outras camadas sociais terem acesso a processos/produtos de cultura.

Não se buscou desmerecer a importância da Semana de Arte Moderna. É inegável que ela foi agregadora para o fazer artístico no país, já que desencadeou uma série de outros eventos e novas concepções dali surgiram. Conforme explica Brandino (2022), a ocasião foi um marco que dividiu as águas no que então era tido como o panorama artístico, proporcionando uma revolução no campo das artes. Nesse sentido, possibilitou uma expressiva divulgação modernista pelo país, ampliando não só a produção de arte, mas também a pesquisa no âmbito cultural, havendo repercussão inclusive política.

Portanto, entende-se que o caminho para o alavancar a cultura do Brasil, e possivelmente de outros lugares do mundo, é a democratização de sua seara para o florescimento em outros campos que necessitam profundamente, também, desse tipo de intervenção para prosperarem.

6 Classe social oriunda da Revolução Industrial responsável por financiar a utilização de máquinas para o aumento de produção de bens desde o século XVIII.

Assim, cada lugar pode buscar soluções que atendam a sua realidade. Nesse caso, foram trazidas duas ocorrências simultâneas de forte impacto na cidade de Campo Grande, que, embora unidas pelo propósito da arte, demonstraram formas e canais de comunicação distintos. Ter a intenção de contrastar os ideais de ambos os acontecimentos, visou, além de criticar a falta de democratização cultural (nacional e local), também discutir formas de reparações futuras no cenário do espaço geográfico.

Encaminhando-se para o final das entrevistas, os pesquisados foram questionados sobre como o “Arte para Quem?” (representando a classe independente de artistas) e a rede SESC poderiam juntos contribuir para o equilíbrio da distribuição cultural. A partir das respostas foi possível imaginar caminhos possíveis, considerando que os artistas consultados carregam consigo invariavelmente o viés da democratização cultural por meio do fazer artístico.

Para o Agente Cultural 1:

Se futuramente o SESC e outras instituições facilitarem o acesso, burocratizando menos, e houvesse maior incentivo na abertura dos espaços para os artistas se apresentarem, fazendo também inclusão de pessoas de grupos minoritários (pretas, indígenas e LGBTs), pessoas que nunca estiveram numa galeria de arte ou com um pequeno portfólio, artisticamente falando. Porque, muitas vezes ter um vasto currículo é a forma de conseguir expor em certos lugares, seria uma ideia relativizar essa interpretação. Expondo na rua não há esse critério e se expõe ali para todos. Talvez levar mais e mais as atividades de instituições como o SESC para a rua, periferias, criando uma independência do espaço físico, pode contribuir para furar a bolha, aumentando a diversidade de artistas e público (AGENTE CULTURAL 1).

O Agente Cultural 2 complementa, aumentando o leque de alternativas possivelmente praticáveis:

Se tivesse de fato um trabalho unificado que pudesse contemplar toda a sociedade, poderia acontecer da seguinte forma: como boa parte do capital está na mão das instituições, e sempre trabalhamos com o mínimo ou nada, esse recurso poderia ser distribuído e também gerido por nós. Porque não? A gente de fato está na vivência artística do dia a dia, nós somos o povo, circulamos

por ele e produzimos arte. Então, ninguém melhor que nós para saber como fazer. A aplicação tem de ser nossa dos recursos: para onde vai, que tipo de arte será contemplada, para que as intervenções sejam feitas pela cidade toda, que abranja toda a população e com linguagens de arte que a população também espere (AGENTE CULTURAL 2).

Por fim, para o Agente Cultural 3:

A arte necessita estar em todos os espaços. Muitas vezes não consideramos nem o artesão como artista. Nos pegamos fazendo a comparação “isso é arte ou artesanato?”, como se o artesanato fosse menos arte. Então, será que o que Conceição dos Bugres (artesã fundamental para a cultura do MS, reconhecida nacionalmente sobretudo por suas peças denominadas “Bugrinhos”, esculpidas em madeira) fez era arte ou artesanato? Como a gente classifica isso? Arte, ela cabe em todo espaço, de todas as formas, sob todas as linguagens e para todos os públicos. É necessário descentralizar a ideia de que a arte é só para um público e para um lugar específico (AGENTE CULTURAL 3).

Concluindo, conforme a lição de Marilena Chaui em *Cultura e Democracia*:

Afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe. Essa concepção da democratização da cultura pressupõe uma concepção nova da democracia (CHAUÍ, 2008, p. 16).

Naturalmente, em um país com um processo democrático jovem e frágil como o Brasil, pode-se esperar, com o reforço das instituições e de governanças responsáveis com as demandas mais profundas da população, um futuro promissor em termos de arte-cultura – na distribuição equitativa de seus processos e produtos. Entende-se, portanto, que a presente discussão, tendo como exemplo acontecimentos recentes na cidade de Campo Grande, possui potencial para complementar e trazer novas reflexões sobre o papel da cultura para a sociedade e a importância dos espaços públicos em plena função social como forma de descentralizar aspectos do fazer cultural. O olhar atualizado dos pesquisados pode contribuir para entender melhor as necessidades do presente. Nesse sentido, é possível estreitar a distância existente acerca das

alternativas para se construir um futuro próspero e digno para as pessoas, incluindo os profissionais da arte, por meio do fomento à cultura, percebendo como a realidade local se apresenta.

Considerações finais

Foi possível concluir que o movimento “Arte para Quem?” despertou polêmicas e tensões localmente. Óbvio que não com o alcance nacional da Semana de Arte Moderna de 1922, mas com força suficiente para fortalecer o debate acerca de quem tem acesso aos bens culturais, na perspectiva de classe pontuada por Marilena Chaui. Também lembrou o quanto os espaços destinados às práticas de atividades culturais são importantes para garantir o pleno acesso aos direitos fundamentais.

O Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 teve por escopo rememorar aspectos da arte por meio de um marco histórico à cultura nacional, com características remetentes a estética propriamente brasileira. Já o “Arte para Quem?” buscou ser um movimento de denúncia a respeito do cerceamento do acesso à cultura enquanto direito fundamental, através do fechamento de espaços públicos sob a desculpa de reformas intermináveis. Também visou ser uma mobilização de questionamento sobre quem tem acesso à arte. Portanto, com o fechamento e/ou funcionamento defasado dos espaços culturais, quais seriam as opções de acesso à arte-cultura na cidade? O que resta de atividade cultural de forma democrática?

De certo modo, por mais penoso que seja o exercício da arte de forma independente, com pouco ou nenhum recurso público, a classe artística resiste, ainda que desprovida do acesso aos espaços públicos culturais. De forma criativa, busca trazer à tona suas insatisfações, que não raro são também das comunidades na quais está inserida. Vale ressaltar que a ocupação de espaços públicos abertos e áreas livres pelo “Arte para Quem?” apontou para um modelo de democratização cultural bastante claro e simples.

Percebeu-se, inclusive, a disposição em contribuir com estudos como os que resultaram na elaboração deste artigo, além de outras alternativas que juntas buscam contemplar um ideal comum: a equidade social por meio da arte-cultura. É nesse sentido que se atribui a relevância de uma transformação social nesse campo – por mais insalubre que seja essa luta de classes, ela acontece (e tantas outras), pois é necessária para a manutenção do caminhar da humanidade, aniquilando as desigualdades para dignificar o processo de vida das pessoas.

Portanto, é louvável o esforço dos sujeitos que pensam o mundo de forma coletiva e lutam pelo bem-estar social fervorosamente. Espaços públicos de cultura funcionando com capacidade total são positivos não apenas para o emprego dos profissionais do mundo artístico, pois, mais gente pode se beneficiar com esse movimento cultural, bem como a história de um lugar mantida pelo bom trato dado ao seu patrimônio. Há toda uma cadeia em questão, além de outras áreas que também são alcançadas, como a educação para a formação da consciência em cidadania.

As instituições de direito privado, como o SESC, podem contribuir para diminuir a distância para a equidade no campo da cultura. No que fora trazido por meio deste artigo, que analisou uma unidade dessa organização social para fins de contrastar mais profundamente uma situação, o pensamento dos artistas inconformados com o *status* cultural de Campo Grande mostrou que existem caminhos para um amadurecimento dessa seara na cidade. Resta saber se, de fato, é um interesse primordial da marca participar dele, ou se, de alguma forma, necessita-se de projetos mais consistentes.

Referências

ABDO, João Paulo. *Fundo Municipal de Investimentos Culturais e o Desenvolvimento Sustentável em Campo Grande, Mato Grosso do Sul* - 2014 a 2018. 2021. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera UNIDERP, Campo Grande, 2021.

ABDO, João Paulo; ARAÚJO, Giselle Marques; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck. Fundo Municipal de Investimentos Culturais de Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Cultura e Arte podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável? *Geofronter*, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2023.

ABDO, João Paulo; ARAÚJO, Giselle Marques; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck. O cerceamento da atividade cultural por meio da legislação ambiental em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no ano de 2018. *Interações*, Campo Grande, v. 22, n. 3, p. 759-772, 2021.

ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1974. p. 231-262.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRANDINO, Luiza. Semana de Arte Moderna de 1922. *Brasil Escola*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/semana-arte-moderna-1922.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. Espaço Cultural Mello e Cáceres está aberto para visitação do público. *Portal do Exército Brasileiro*, 9ª Região Militar, Campo Grande, 22 mar. 2022. Seção Notícias. Disponível em: <https://www.9rm.eb.mil.br/index.php/noticias/988-mello-e-caceres-sesc>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais [...]* Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 2007. p. 1-18.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, n.1, p. 1-26, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CORA, Maria Amélia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FEITOSA, Liana; MATTOS, Adriel. Empreiteira atrasa obra e prefeitura ameaça romper contrato do Belas Artes. *Campo Grande News*. Campo Grande, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/empreiteira-atrasa-obra-e-prefeitura-ameaca-romper-contrato-do-belas-artes>. Acesso em: 03 fev. 2023.

LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura x democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS: TEORIA E PRÁXIS, 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), 2010. p. 1-14.

MORALES, Suelen. Espaço cultural sofre batida policial por som alto e clientes apontam preconceito. *Correio do Estado*, Campo Grande, 13 set. 2023. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/correio-b/espaco-cultural-sofre-batida-policial-por-som-alto-e-frequentedores/420016/>. Acesso em: 04 out. 2023.

NASCIMENTO, Evandro Batista. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. *Gragoatá*, v. 20, n. 39, p. 376-391, 2015.

PINHEIRO, Marinete. Aprovado projeto do 1% para cultura apresentado pela vereadora Luiza Ribeiro. *Portal da Câmara Municipal de Campo Grande*. Campo Grande, 03 dez. 2013. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/outras-noticias/aprovado-projeto-do-1-para-cultura-apresentado-pela-vereadora-luiza-ribeiro/>. Acesso em: 11 out. 2023.

PINTO, José Madureira. Uma reflexão sobre políticas culturais. In: DINÂMICAS CULTURAIS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO, 1994. Lisboa. *Anais [...]* Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, p. 767-792.

PIERRY, Marcos. Te encontro na esquina. *Correio B, Arte Urbana*, Campo Grande, p. 1-2, 23 fev. 2022.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

RUIZ, Jordi Pascual. Cultural Development, Public Policies and Local Strategies. In: RUIZ, J. P. (Ed.). *Report of the workshop 'Local cultural strategy development in South-East Europe: building on practice and experience'*. Bucharest: Background paper, 2003. p. 01-05.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organização e Sociedade*, Salvador, v. 12, n. 33, p. 151-65, 2005.

SARTRE, Jean Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1993.

SESC CULTURA. Serviço Social do Comércio. Página Oficial do Instagram. *Instagram*. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/sesculturams/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SESC-MS. Serviço Social do Comércio. Sobre o SESC. *Fecomércio*. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://sesc.ms/sobre-o-sesc>. Acesso em: 09 fev. 2023.

TORRES, Thailla. Em Campo Grande, café temático vai celebrar Semana da Arte Moderna de 1922. *Campo Grande News*, Campo Grande, fev. 2022. Seção Diversão. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/em-campo-grande-cafe-tematico-vai-celebrar-semana-da-arte-moderna-de-1922>. Acesso em: 04 mar. 2022.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 90-95, 2004.

Recebido em: 25 de abril de 2023
Aprovado em: 16 de outubro de 2023